

Coreia: lista negra para candidatos corruptos

Blacklisting Corrupt Candidates: Korea

Shaazka Beyerle

Chapter 3 from 'Curtailling Corruption'
Lynne Rienner Publishers, 2014

Translation: João Vicente de Paulo Júnior, April 2019
Evaluator: Maíra Irigaray Castro

3

Coreia: lista negra para candidatos corruptos

Se um homem chegar a um cargo público elevado, a situação financeira da sua família estará resolvida por três gerações.
— citação em Glenn Manarin, “*Striking Where It Hurts*”

Políticos corruptos, promessas de mudança descumpridas, negócios de bastidores, relações impróprias com interesses escusos e péssimas escolhas no dia da eleição... essas queixas comuns podem ser encontradas em democracias e até mesmo em sistemas autoritários em que os ditadores se envolvem com fachadas eleitorais. Mas o que as pessoas comuns podem fazer além de espumarem de raiva, se tornarem apáticas ou votarem no menos pior? Em 2000, os líderes cívicos e cidadãos coreanos lançaram sua própria campanha para impedir que os políticos venais, muitos deles há muito tempo no poder, concorressem a cargos públicos e também para melhorar a qualidade como um todo dos candidatos na eleição para a 16ª Assembleia Nacional.¹

Contexto

Em 1970, quatro décadas antes de Mohamed Bouazizi morrer tragicamente na Tunísia após atear fogo ao próprio corpo, Chon T’ae-il, um jovem trabalhador da indústria têxtil na Coreia do Sul, fez a mesma coisa e teve o mesmo destino.² Em cada um desses casos, a autoimolação marcou o início de um movimento democrático civil. A Coreia trilhou um

longo e árduo caminho até a democracia. A partir de 1948, o país sofreu nas mãos de sucessivas ditaduras por várias décadas. Em 1987, lideradas por grupos de estudantes e trabalhadores, milhões de pessoas se mobilizaram no que foi chamado de a Revolta Democrática dos Cidadãos de 10 de Junho.³ Nos anos seguintes, muitos veteranos dessa luta vieram a se tornar líderes de organizações da sociedade civil centradas em reformas políticas e econômicas com o intuito de dismantelar o sistema velho e corrupto; fortalecer as instituições democráticas e consolidar o regime representativo. As mais proeminentes entre essas organizações cívicas foram a Solidariedade Popular para a Democracia Participativa (SPDP), a Coalizão Cidadã para a Justiça Econômica (CCJE), a Federação Coreana para Movimentos Ambientais (FCMA) e a Coreia Verde Unida (CVU).

Assim como em muitos outros países que haviam deixado para trás um regime autoritário, era difícil reduzir a corrupção. A crise financeira de 1997 no país, seguida de uma onerosa recessão, expôs a incompetência e a ineficiência do governo, assim como uma falta geral de transparência do sistema político.⁴ “Os responsáveis pela crise eram os políticos que estavam no comando do sistema econômico”, segundo o cientista político Kim Young-rae.⁵

O público estava cada vez mais enojado. À medida que sofriam as consequências da recessão econômica, ficavam indignados com uma série de escândalos — propina em vários setores; abusos de poder e privilégios; e casos de suborno envolvendo políticos, altas autoridades, bancos e *chaebols* (os conglomerados de empresas com estreitos laços com grandes nomes da política e com o Estado).⁶ Tanto o partido do governo como os de oposição estavam arrecadando recursos de forma ilícita. Os parlamentares impediam os esforços para reformar a legislação eleitoral e passar a limpo o financiamento da política. Usavam — ou melhor, abusavam — da sua imunidade para solapar as investigações. As autoridades encarregadas da manutenção da ordem pública pareciam ter pouco apetite para investigar as irregularidades na política.⁷ O poder legislativo na Coreia passara a ser conhecido como a Assembleia Nacional “à prova de balas” e “anencefálica”.⁸ Em consequência, alguns líderes cívicos concluíram que “a corrupção na Coreia era tão séria que constituía o principal obstáculo que entravava o progresso da sociedade coreana”.⁹ Na época em que as eleições de abril de 2000 para a Assembleia Nacional

surgiram no horizonte, o público desconfiava dos políticos, dos partidos e do sistema político como um todo.¹⁰

Campanha: “Vamos mudar a velha política com o poder dos cidadãos”

Origens

A reforma política e o combate à corrupção têm sido essenciais para os esforços da sociedade civil para consolidar a democracia na Coreia.¹¹ “O movimento anticorrupção sucede os movimentos democráticos das últimas décadas”, disse Geo-sung Kim, veterano do movimento democrático e presidente do braço coreano da Transparência Internacional.¹²

Fundada em 1994, a SPDP lançou uma série de iniciativas cívicas ao longo daquela década — da Campanha Sociedade Transparente, em 1996, para aprovar uma forte lei contra a corrupção, ao Projeto Sunshine, em 1998, que buscava modificar a Lei sobre a Liberdade da Informação em vigor, maximizar seu uso e expor a gestão incorreta do orçamento.¹³ No início dos anos 1990, as organizações da sociedade civil começaram a monitorar os detentores do poder, inicialmente visando eleições justas e iniciativas de “fiscalização do legislativo municipal”.¹⁴ Em 1999, uma coalizão de quarenta organizações da sociedade civil (OSC), como a SPDP, a CCJE, a FCMA e as Associações Unidas das Mulheres Coreanas (AUMC), levaram essa tática a um nível mais alto. Em 8 de setembro, foi criada a Solidariedade dos Cidadãos para o Monitoramento da Inspeção dos Órgãos Públicos pela Assembleia Nacional para registrar o comparecimento dos parlamentares, avaliar seu desempenho e analisar se os comitês haviam tratado devidamente uma lista de 166 “reformas”.¹⁵ Quando os monitores — especialistas da sociedade civil com experiência profissional pertinente — foram barrados nas sessões, a coalizão acrescentou ao seu arsenal protestos nas ruas e uma campanha de telefonemas, faxes e emails, que juntos provocaram a atenção dos meios de comunicação e o debate público. Em 20 de outubro, a campanha chegou ao fim com a divulgação de um relatório que classificou os parlamentares com base no seu desempenho. No entanto, a iniciativa não conseguiu obter pleno acesso aos trabalhos da Assembleia Nacional. Esse aparente insucesso teve um efeito imprevisto. Segundo Taeho Lee,

veterano do movimento pela democracia e vice-secretário geral da SPDP, o domínio cívico havia sido catalisado.¹⁶ Após anos de esforço, organizações civis como a SPDP haviam chegado à conclusão de que os partidos políticos coreanos não haviam mudado e que os políticos não representavam os interesses da população.

O pouco caso dos legisladores se tornara uma questão pública. Os cidadãos ficaram irritados com as justificativas, que iam de desculpas triviais, como a falta de espaço nas salas de reunião, a argumentos de que a sociedade civil não poderia monitorar os representantes eleitos porque não tinha a experiência necessária nem o direito de fazê-lo. A SPDP percebeu que “se fazia necessária uma ação mais vigorosa”.¹⁷ Mas qual? Então, em outubro de 1999, durante um grande debate na televisão com parlamentares da Assembleia Nacional e Lee, ele declarou que os cidadãos tinham o direito não apenas de monitorar os legisladores, mas também de fazê-los perder eleições. Após o programa, uma pesquisa com telespectadores revelou que mais de 80% concordavam com Lee. Naquele dia, a semente para a Aliança dos Cidadãos para as Eleições Gerais (ACEG) de 2000 fora plantada.

Com 1999 chegando ao fim, quinze organizações cívicas criaram uma força-tarefa para explorar a viabilidade de uma campanha de base para transformar essa nova ideia em realidade, na forma de uma iniciativa para fazer uma lista negra. A SPDP serviu como secretaria do grupo. A ideia de uma lista negra teve origem na Campanha Sociedade Transparente mencionada acima, que criou uma lista de detentores de poder no Estado — parlamentares, ministros e ministros adjuntos — envolvidos em grandes escândalos de corrupção que abalaram o país.¹⁸

Análise estratégica

Segundo Lee, desde o início a força-tarefa avaliou estrategicamente a situação como um todo. A análise foi concluída em 18 de dezembro. Os participantes avaliaram seus pontos fortes e fracos em potencial. Concluíram que, de modo geral, sua força estava em contar com o apoio do público em geral, ao passo que sua principal fraqueza era que não ter uma rede nacional e precisar criá-la rapidamente. Além disso, identificaram dois obstáculos principais. Primeiro, como a campanha inteira para criar a lista negra e derrotar os políticos corruptos violaria o

artigo 87 da Lei Eleitoral, precisavam estar preparados para as consequências e superar o receio dos grupos cívicos e dos cidadãos de se envolverem.¹⁹ Para enfrentar esse desafio, decidiram avaliar sistematicamente os pontos de vista e a disposição do público para agir. Assim, no início de janeiro de 2000, foi feita uma pesquisa com um grupo representativo de 500 pessoas de todo o país. Três perguntas-chave foram apresentadas aos entrevistados, que Lee parafraseou da seguinte maneira:

1. É legítimo que a sociedade civil (OSC e cidadãos) avalie, desqualifique e busque derrotar candidatos à Assembleia Nacional? (Resultado: 79,8% responderam sim.)²⁰
2. Embora essas atividades sejam ilegais nos termos do artigo 87 da Lei Eleitoral, você apoiaria uma campanha que visasse a derrota? (Resultado: 71,8% disseram que apoiariam esse esforço, mesmo que fosse ilegal.)²¹
3. Você acha que essa lei deveria ser alterada? (Resultado: 65,1% indicaram que as restrições previstas lei deveriam ser alteradas porque os cidadãos tinham o direito de fazer uma lista negra).²²

Além disso, a pesquisa ouviu as opiniões das pessoas sobre critérios para a lista negra. A força-tarefa concluiu que as pessoas queriam a campanha da lista negra, queriam uma emenda da Lei Eleitoral e, se isso não fosse possível, queriam a desobediência civil e a ação direta não-violenta. A pesquisa cristalizou o pensamento de Lee que havia sido despertado durante o debate na TV. “Os eleitores são os meios para obter direitos”, refletiu. Ademais, a pesquisa deu aos líderes cívicos a munição necessária para convencer rapidamente as OSC, as organizações não-governamentais (ONG) e os grupos de cidadãos a se unirem à aliança. Por último, a pesquisa permitiu aos planejadores das ACEG se aproximar das organizações cívicas, que não se mostravam confortáveis em infringir a Lei Eleitoral, e assegurá-las de que as pessoas comuns apoiavam a desobediência civil em massa.

O segundo obstáculo era que, no intuito de minar a campanha, os detentores do poder decerto acusariam os líderes cívicos de partidatismo político. Para neutralizar esses ataques, a campanha decidiu adotar uma política de transparência. Na prática, isso implicava publicar os critérios da lista negra, basear as avaliações em informações disponíveis ao público

e divulgá-las no site da ACEG, envolver os cidadãos nas deliberações e não fazer exceções à lista negra, a despeito da antiguidade, poder ou filiação partidária do político.

Objetivos, estratégia, visão e plano de ação

Faltando pouco mais de três meses até as eleições, a força-tarefa rapidamente se preparou para trabalhar em um plano de campanha. Foram identificados três objetivos: 1) alterar o artigo 87 da Lei Eleitoral, 2) melhorar a qualidade e a integridade dos candidatos às eleições de abril e 3) retirar os “políticos corruptos e incapazes” da Assembleia Nacional.²³ A estratégia geral consistia em uma “campanha de destituição e ‘deseleição’ pelos eleitores” — ou seja, desestimular a indicação dos políticos corruptos e derrotar os que ainda conseguissem ser selecionados como candidatos.²⁴

Em última análise, a visão era dupla. Primeiro, buscava-se mudar os valores do *establishment* político, as práticas corruptas dos partidos e as ilegalidades cometidas pelos representantes eleitos. Segundo, desejava-se alcançar uma verdadeira democracia participativa na Coreia, consagrada no artigo 1º da Constituição, que estabelece: “A República da Coreia é uma república democrática. A sua soberania reside no povo e toda autoridade do Estado emana do povo.”²⁵ Em outras palavras, “precisamos mudar o sistema e a consciência pública”, como afirmou Geo-sung Kim.²⁶

A força-tarefa formulou um plano de campanha centrado em um método de definição — fazer uma lista negra dos candidatos inaptos — em torno da qual girava uma série de táticas não-violentas.²⁷ Os elementos centrais eram a construção de uma coalizão, a definição de critérios para a lista negra e o desdobramento da iniciativa cívica em duas fases: 1) *Nakchon* (Retirar a indicação) — o que abrangia a avaliação transparente dos possíveis indicados pelos partidos, a lista negra inicial dos políticos inaptos que provavelmente buscariam uma candidatura, a pressão do poder do povo sobre os partidos para que não indicassem esses políticos, o poder do povo sobre os partidos para retirar a indicação — ou seja, eliminar das suas listas esses nomes que, apesar de tudo, foram indicados; e 2) *Naksun* (Derrotar) — liberar a segunda lista negra de candidatos inaptos e mobilizar os cidadãos para derrotar esses candidatos na eleição parlamentar de 14 de abril.

Aliança

Entre dezembro de 1999 e o início de janeiro de 2000, a força-tarefa se aproximou de dezenas de redes cívicas nacionais e locais; ONGs; grupos da sociedade civil; organizações educacionais, profissionais e religiosas (budistas, protestantes e católicas); grupos estudantis e de jovens; grupos culturais; associações comunitárias e grupos de cidadãos.²⁸ A força-tarefa abrangia os mais diversos grupos: de famílias de prisioneiros políticos a toda a ACM/YWCA e, mais tarde, uma rede de celebridades e uma associação de cartunistas. “Propusemos a eles que participassem da campanha e lhes apresentamos os resultados da pesquisa e nosso plano”, disse Lee. Os membros da força-tarefa ressaltaram a possibilidade de prisão e multas por infringir a Lei Eleitoral e pediram aos chefes dessas organizações que estavam se unindo ao movimento que firmassem um documento indicando que aceitavam esses riscos. A fim de manter um foco coerente e fazer a aliança crescer, ficou decidido que ela se concentraria unicamente na corrupção. “Precisávamos identificar uma questão com a qual todos concordavam, e a corrupção era algo que irritava a todos”, explicou Lee. Em 12 de janeiro de 2000, em meio ao alarde no Centro de Imprensa de Seul, 470 organizações lançaram a Aliança dos Cidadãos para as Eleições Gerais de 2000 (ACEG).²⁹ A aliança apresentou o “Manifesto Civil para a Reforma Política”, em que declarava: “A política na Coreia ainda permanece no século passado, em uma era em que a sociedade e as pessoas preparam seu caminho para um novo século e um novo milênio. A corrupção na política em geral é o pior obstáculo a prejudicar o progresso das reformas na sociedade coreana e não deve mais ser tolerada.”³⁰

A própria criação da ACEG abalou o *establishment* político. No dia seguinte, o *Donggo Ilbo*, um importante jornal, estamparia a seguinte manchete: “Os partidos políticos estão tremendo: e se eu estiver na lista?”³¹ Iniciada a campanha, a coalizão cresceu e chegou a um tamanho surpreendente — 1.104 redes e grupos cívicos.³² “Ela se tornou maior do que prevíamos,” disse Lee.

Lista negra

Foi fundamental para a campanha o método de definição da lista negra, por meio da qual os políticos corruptos seriam identificados como inaptos

a concorrer a um cargo público, enquanto a mobilização cidadã e as ações não-violentas motivariam os eleitores a derrotá-los nas eleições. Foi feito um esforço considerável para definir os critérios. Com base nas informações da pesquisa de janeiro de 2000 e nas discussões com os cidadãos, a força-tarefa elaborou um conjunto de critérios que foi examinado e finalizado pelo Comitê Executivo da ACEG, explicou Lee. Os critérios, traduzidos pela SPDP, eram:

- Atividades corruptas;
- Violação da Lei Eleitoral;
- Atividades contra os direitos humanos e destruição da democracia e da ordem constitucional;
- Falta de sinceridade na formulação de leis e atividades contra a Assembleia (Nacional) e o eleitorado;
- Posições quanto aos projetos de lei e políticas de reforma;
- Comportamentos suspeitos que refletem a qualificação básica dos políticos;
- Falhas no cumprimento dos deveres cívicos, como serviço militar e pagamento de impostos.³³

Os três primeiros critérios foram considerados os mais importantes e decisivos na determinação das listas negras.³⁴ Os antecedentes dos políticos foram investigados em busca do seguinte: condenações por aceitar propina e violar a legislação eleitoral, a atuação no regime autoritário de Chun Doo-hwan como membro do Comitê Legislativo do Conselho de Segurança Nacional, a incitação à “animosidade regional” para obter o apoio dos eleitores de uma área específica, a mudança recorrente de filiação partidária, investimentos imobiliários especulativos, viagens internacionais de alto custo ou a emissão de declarações “impróprias para um legislador”.³⁵

As avaliações se basearam na documentação disponível ao público, como relatórios da Assembleia Nacional, cobertura dos meios de comunicação de massa e reportagens dos últimos dez anos, relatórios judiciais, relatórios de parlamentares, livros e panfletos relacionados e comparação de promessas de campanha com a atuação efetiva durante o mandato.³⁶

Em alguns casos, a ACEG conseguiu pressionar o governo e obrigá-lo a liberar a ficha criminal e os registros fiscal e de serviço militar dos candidatos.³⁷ Antevendo os ataques oposicionistas de políticos incluídos na lista negra, os organizadores da campanha incorporaram ao processo de avaliação três estratégias para neutralizá-los: o uso de informações de registros públicos; o envio de cópias da documentação negativa aos políticos, com a oportunidade de réplica; e o exame dos assuntos jurídicos, como a difamação, por meio da equipe especializada de advogados da ACEG.³⁸ Foi criada uma estrutura participativa intrincada para o processo de inclusão nas listas negras. A equipe anticorrupção da SPDP coordenou as avaliações, que foram conduzidas por um grupo de investigação voluntário composto por especialistas cívicos, como advogados e ativistas de áreas como o combate à corrupção, o meio ambiente e os direitos das mulheres. Os resultados foram apresentados a vários comitês, equipes e unidades organizacionais da ACEG.

Além disso, a ACEG considerou essencial incorporar cidadãos comuns ao processo das listas negras, não apenas para permanecer fiel à natureza cívica da iniciativa, mas também para aumentar a legitimidade dessas listas e neutralizar as acusações de partidarismo e imprecisão lançadas pelos detentores do poder. Os membros da força-tarefa apresentaram uma solução inovadora: o Comitê de 100 Eleitores. A força-tarefa solicitou a uma empresa de pesquisa que ajudasse a formular os critérios para a criação de um grupo de representação nacional formado por 100 coreanos (ver a tabela abaixo). Foi criada uma matriz para delinear a composição do comitê e orientar a identificação dos participantes em potencial. A etapa seguinte foi escolher aleatoriamente membros leigos entre as OSC da força-tarefa — cidadãos comuns que se voluntariavam nas organizações cívicas em vez de ativistas ou funcionários. Fora desse grupo, uma coorte de indivíduos foi identificada de acordo com os critérios da matriz. A força-tarefa dividiu o trabalho para se aproximar dessas pessoas e convidá-las a participar do Comitê de Eleitores. O comitê “funcionava como um júri”, relatou Lee.³⁹ Usando os resultados da equipe de investigação, o comitê fez recomendações para a lista negra ao Conselho Representativo da ACEG. As listas negras finais foram determinadas por meio de votação pela Assembleia Geral da ACEG.⁴⁰

O Comitê de 100 Eleitores

Variável	Número no Comitê
Gênero	
Masculino	51
Feminino	49
Idade	
20 a 29	27
30 a 39	28
40 a 49	19
50 ou mais	26
Região	
Seul	25
Busan e Kyungnam	16
Daegu e Kyungbuk	11
Incheon e Kyungkido	25
Honam	11
Daejeon	2
Chungbuk	2
Chungnam	4
Gangwon	3
Jeju	1
Ocupação	
Agricultor	11
Autônomo	12
Trabalhador fabril	17
Trabalhador de escritório	14
Estudante universitário	5
Dona de casa	33
Nenhuma	8

Fonte: Eunyong Kim, People's Solidarity for Participatory Democracy, apresentação em PowerPoint, n.d. Obtida pelo autor por intermédio de Taeho Lee, colega de Kim.

Na fase de retirada da indicação, um total de 102 políticos foram incluídos na lista negra. Em 24 de janeiro, com cobertura ao vivo dos principais canais de televisão, um fato sem precedentes, a ACEG divulgou os nomes de sessenta e seis parlamentares da Assembleia Nacional que haviam sido considerados “inaptos para ser indicados por qualquer partido”.⁴¹ Muitos deles eram mandachuvas, tanto do partido da situação como dos partidos de oposição. O objetivo da ACEG era pressionar os partidos para que se abstivessem de indicar essas pessoas como candidatos. Em 27 de janeiro, a campanha divulgou uma segunda lista de 46 políticos, dos quais 41 não faziam parte da Assembleia Nacional à época, mas eram ex-parlamentares ou ex-ministros, além de governadores e prefeitos que provavelmente buscariam uma candidatura.⁴² Desta lista, lembrou Lee, 10 pessoas decidiram não concorrer, algumas por causa da sua situação política e outras por causa da campanha — este último caso era a primeira vitória da ACEG. A reação dos detentores do poder foi a

que os líderes da CAGE haviam previsto — críticas cáusticas e acusações de partidarismo, conspiração e interferência. Alguns partidos compararam a campanha a um “terrorismo político”.⁴³

Em 3 de abril, 10 dias antes da eleição, em uma importante conferência de imprensa, a ACEG lançou a lista negra da derrota final, composta por 86 candidatos, inclusive 64 da lista negra original, de retirada da indicação. À medida que os nomes eram anunciados, os membros da ACEG puxavam cartões vermelhos, semelhantes aos usados pelos árbitros em jogos de futebol para sinalizar a expulsão de um jogador que cometeu uma falta grave.⁴⁴ Além disso, o núcleo de Seul identificou 22 distritos estratégicos em que seriam concentrados esforços para derrotar candidatos especialmente poderosos e corruptos. Cada um dos líderes da campanha foi designado para se encarregar dos esforços em uma dessas zonas eleitorais.⁴⁵

Envolvimento dos cidadãos

Com a divulgação da primeira lista negra, a ACEG lançou uma campanha maciça de coleta de assinaturas em nível nacional que continuaria até as eleições. Embora a aliança não tenha chegado perto de atingir seu objetivo (10 mil eleitores de cada uma das 227 zonas eleitorais do país), cerca de 250 mil pessoas se comprometeram por escrito a votar nas eleições, mas não nos candidatos incluídos nas listas negras. Era uma brilhante tática de ação em massa de baixo risco. Criou-se, assim, uma justificativa para interagir com pessoas comuns e reunir informações sobre suas opiniões, orientá-las sobre a campanha, possivelmente conquistar seu apoio, estimular seu envolvimento e obter o compromisso de rejeitar os candidatos corruptos. Nas vésperas da votação, as seções locais intensificaram o contato com os cidadãos. Os membros — principalmente cidadãos ativos civicamente em vez de funcionários remunerados — ligaram pessoalmente para os eleitores das suas localidades. Lee afirmou que eles não sabiam quantas ligações foram feitas no total, mas que, em alguns distritos, como Incheon, os membros locais ligaram para cada um dos eleitores. Os organizadores de Seul também enviaram emails às seções locais da ACEG com informações sobre os candidatos das listas negras nos seus distritos, e algumas seções os encaminharam diretamente aos eleitores.

Desobediência civil

A ACEG declarou publicamente um “princípio de desobediência” contra o já mencionado artigo 87 da Lei Eleitoral. Líderes cívicos argumentaram que as pessoas tinham o direito de avaliar os candidatos. “Basicamente, a eleição é tanto para os eleitores como para os candidatos, e a liberdade de expressão dos eleitores é garantida [nos termos da lei]”, asseverou Lee. A ACEG apontou que os legisladores também haviam desrespeitado essa lei; a diferença era que eles não eram punidos por violações como essas, enquanto a campanha não escondia o que estava fazendo e estava disposta a arcar com as consequências.

O princípio básico, afirmou Lee, era que a liderança nacional desenvolveria iniciativas de divulgação em todo o país e organizaria ações não-violentas na capital com o intuito de atrair a cobertura dos meios de comunicação em todo o país, enquanto as seções locais levariam a cabo suas próprias atividades. Pouco depois da divulgação da primeira lista negra, o núcleo de liderança lançou atividades em Seul que continuaram durante as eleições. De 2 a 6 de março, os organizadores montaram o Espaço da Reforma Política, na Catedral de Myongdong, um símbolo e um local de dissidência cidadã desde a década de 1970.⁴⁶ Outras táticas variaram da ocupação pacífica de escritórios dos partidos, exigindo que os políticos inaptos não fossem indicados, até manifestações, marchas, um comício à luz de velas (em 5 de março), a colocação de uma enorme faixa em um prédio, teatros de rua e números humorísticos, como a pescaria de cartões vermelhos de um barril d’água.⁴⁷ Grupos de mulheres organizaram ações, como uma manifestação com vassouras, e também um comício em 31 de março. Os jovens fizeram protestos e atividades nas escolas e universidades. Organizaram-se muitos piquetes, e distribuíram-se folhetos, balões vermelhos, cartões amarelos e vermelhos, buttons e distintivos em muitas das ações de rua. Estes dois últimos itens continham o símbolo dos cartões amarelo e vermelho do futebol adotado pela campanha ou slogans, como “Fora”, “Eu voto” e “Mudança/Mudança”. A ACEG obteve de Jeong-Hyun Lee, um famoso ídolo da música pop, os direitos para usar uma de suas canções mais animadas, também chamada “Mudança, Mudança!” Como as ações nas ruas constituíam atos de desobediência civil, os ativistas criaram uma tática inteligente para burlar a lei eleitoral — comícios de rua de uma única pessoa.⁴⁸

Na prática, como o calendário estava tão apertado devido à data das eleições em abril, os planejadores de Seul decidiram que tinham que intervir para gerar impulso em campo e projetar táticas que estimulassem as seções locais, empoderassem seus participantes e envolvessem os cidadãos. Em 30 de janeiro, a ACEG orquestrou sua primeira mobilização nacional — o Dia da Recuperação dos Direitos do Povo. Foram realizados comícios em Seul e em outras seis grandes cidades. À medida que cada nome da lista negra de candidatos era lido, as pessoas acenavam com cartões amarelos. Assim, no dia 1º de março, data em que se comemorava a independência da Coreia da anexação japonesa em 1910, a ACEG organizou o Dia da Soberania do Povo. Os organizadores divulgaram a Carta de Independência dos cidadãos e, uma vez mais, convocaram comícios em seis grandes cidades.⁴⁹ Novamente, foram distribuídos cartões amarelos, e as pessoas os levantaram a cada vez que o nome de um político da lista negra era chamado. Em meados de março, Lee recordou, a campanha realizou a primeira de duas viagens de ônibus por todo o país, parando em dezenove cidades para conquistar o apoio dos cidadãos e coletar suas assinaturas para o compromisso com a lista negra. Finalmente, os organizadores centrais elaboraram uma tática inventiva. A campanha enviou a cada um dos vinte e dois distritos estratégicos “um famoso líder do movimento civil para atuar como um candidato-sombra, alguém que era um homólogo lógico, porém um rival simbólico”, explicou Lee. Por exemplo, um candidato que era um promotor corrupto tinha como sombra um respeitado advogado de direitos humanos. Em um distrito, tinha-se “um machista contra uma líder cívica diplomática e delicada”, acrescentou.

Além dessas táticas organizadas em nível nacional pelo núcleo de Seul, alguns dos “departamentos” ou grupos especiais da campanha também iniciaram suas atividades. Os docentes do nível superior envolvidos na ACEG fizeram palestras para os alunos nas universidades, enquanto os professores organizaram aulas especiais nas escolas do ensino fundamental e médio. Na segunda semana de março, segundo informações, o Sindicato dos Professores e Profissionais da Educação da Coreia convocou Aulas de Democracia nas escolas de todo o país, conseguindo atenção nacional.⁵⁰ O departamento dos jovens organizou o Festival Vermelho, um grande evento para a juventude que usou como

modelo o lendário festival de Woodstock, de 1969. Proclamando o lema “Vá, se divirta, vote e mude o mundo”, realizou várias atividades, com destaque para um show com cantores populares.⁵¹ Ao fim da apresentação, o público acenou com um mar de cartões vermelhos, repetindo a palavra “Fora” ao ritmo da música. Com um público estimado em cerca de 50 mil pessoas, foi a maior mobilização em campo obtida pela campanha.⁵²

Em março, as seções locais deram início a suas próprias táticas, como comícios à luz de velas, marchas locais nas cidades, campanhas de recolhimento de assinaturas e protestos de jovens, por exemplo, na cidade de Incheon. Na região sudoeste do país, os cidadãos organizaram um encontro de ciclistas e os agricultores fizeram carreatas. Também foram realizados comícios nas províncias orientais. Em Daegu, uma grande cidade no sudeste da Coreia, houve um protesto de crianças em um evento da campanha, além de uma enorme bandeira em que os cidadãos deixaram gravadas suas mãos.

Por último, a campanha também produziu material de referência para os eleitores sobre temas fundamentais como as reformas política e do judiciário. O objetivo não era apenas fornecer aos eleitores informações significativas, mas deixar bem claro para o *establishment* político que os partidos deveriam discutir as propostas de política durante suas campanhas eleitorais.⁵³

Intimidação

Assim que a lista negra inicial foi divulgada, os principais partidos ajuizaram ações por crime contra a honra e violação do artigo 87 da Lei Eleitoral.⁵⁴ Em 17 de fevereiro, Park Won-soon, o presidente do Comitê Permanente da ACEG, juntamente com um colega da SPDP, foi convocado pela Promotoria de Justiça por infringir a Lei Eleitoral. Lee relatou que vários líderes da ACEG foram multados, presos e, em alguns casos, multados e presos. Algumas organizações cívicas e ativistas enfrentaram “uma pressão social negativa por se posicionarem contra os candidatos da lista negra”, e algumas pessoas sofreram “dificuldades emocionais”, acrescentou. No entanto, foram raros os casos de violência clara. Em algumas ocasiões, as ações da ACEG nas ruas e os ativistas nas viagens de ônibus foram intimidados fisicamente por correligionários que trabalhavam na campanha de candidatos da lista negra,⁵⁵ mas a ACEG

estava preparada, como explicou Lee. “Em termos táticos, usamos toda a nossa rede e toda a nossa influência para ampliar ao máximo a exposição dos eventos, a fim de proteger os demais; assim os candidatos entenderam que a violência sairia pela culatra.” Essa estratégia mostrou-se correta. A violência contra a campanha foi atenuada e, além disso, os candidatos da lista negra começaram a copiar a ACEG. “Tentaram nos contra-atacar com táticas [não violentas] semelhantes.” Lee citou como exemplo as mães que protestaram em apoio aos filhos que estavam na lista negra.

ACEG de 2004

Após as eleições de 2000, a aliança se dissolveu, tendo alcançado seus objetivos imediatos (ver “Resultados” abaixo). Os líderes da ACEG acharam que a mobilização nacional havia sido um fenômeno singular, uma fase no movimento de reforma política global na Coreia que seria difícil de repetir. No entanto, novos escândalos políticos surgiram antes das eleições para a Assembleia Nacional de 2004. Em consequência, um grupo de líderes cívicos decidiu executar mais uma vez o processo das listas negras. Em 4 de fevereiro, a ACEG 2004 foi lançada com 354 organizações participantes. A diferença, segundo Lee, era que, dessa vez, os líderes cívicos não planejavam uma grande coalizão nem uma mobilização em massa dos cidadãos. Antes, a aliança lançara uma iniciativa online pioneira chamada *Click N Clean* (Clicar e Limpar) que se concentrou em “listas negras, monitoramento dos gastos de campanha, avaliação dos partidos políticos e campanha dos eleitores”, segundo um relatório da SPDP.⁵⁶ Lançaram-se duas listas negras para a retirada de indicações (um total de 109 pessoas) e uma lista negra final para derrotar os remanescentes, dividida em duas categorias: 106 candidatos considerados “inaptos para concorrer às eleições” e 100 parlamentares que haviam votado pelo impeachment do presidente, Moo-hyun Roh.⁵⁷ Esta última decisão não foi aprovada inteiramente pelos membros da aliança, e as divisões sobre essa questão enfraqueceram o grupo.⁵⁸

Atributos da campanha

Liderança e organização

A ACEG contava com uma liderança e uma estrutura organizacional altamente desenvolvidas nos níveis nacional e subnacional, o que era ainda

mais extraordinário em vista do prazo extremamente curto disponível para seu planejamento, o ritmo com que a aliança se consolidou e a duração finita da campanha. No centro, estava seu Comitê Executivo. Composto por quarenta organizações cívicas (cada uma representada por uma pessoa) com doze copresidentes no comando, exerceu a liderança e tomou decisões cruciais ao longo da campanha. No nível seguinte, estava o Comitê de Representantes, composto por dez membros de outras organizações cívicas da aliança. Esses dois organismos trabalhavam em conjunto, ocupando-se das deliberações e do planejamento. Apresentavam planos a um órgão mais amplo, a Assembleia Geral (também chamada de Conselho Representativo), formada por 500 representantes da coalizão de todo o país. Apesar do curto período, a assembleia manteve algumas reuniões. Segundo Lee, a maioria das decisões eram tomadas por consenso, com a exceção da primeira lista negra, submetida a votação pela Assembleia Geral.

No nível subnacional, a ACEG também contava com dez unidades referentes às províncias e principais zonas urbanas, além de 53 seções relacionadas aos condados e cidades. Operavam de forma autônoma, cuidando das suas próprias atividades, comunicações e sensibilização e engajamento dos cidadãos. O núcleo central forneceu às seções um manual de campanha — um guia prático, passo a passo, para os ativistas locais. Para o esforço final, nos últimos dez dias para derrotar os candidatos da lista negra, os planejadores da ACEG criaram mais um componente organizacional. Cada um dos líderes das organizações cívicas da aliança foi designado como um “atirador” encarregado de executar a campanha de derrota em um distrito eleitoral designado.⁵⁹

A ACEG também tinha vários departamentos ou grupos funcionais. Lee se recordava de grupos para monitoramento dos meios de comunicação; relações públicas, performances, eventos, cartazes e símbolos; divulgação online; religião organizada e mobilização de jovens. Os jovens foram considerados um grupo fundamental a ser ativado, pois representavam 65% do universo de eleitores.⁶⁰ Um grupo de “profissionais especializados” organizou seminários, falou em programas de televisão e, de modo geral, ofereceu seus conhecimentos sobre temas pertinentes, como eleições e desobediência civil. Havia também um grupo de

advogados formado por profissionais da área jurídica, como o ex-presidente da Ordem dos Advogados da Coreia. Esse grupo se ocupou da defesa da causa, prestou assistência e assessoria jurídica aos ativistas presos e elaborou um manual jurídico para os ativistas. Durante os 100 dias que precederam as eleições, as principais organizações cívicas da aliança destacaram um total de 40 membros da sua equipe para trabalhar em tempo integral na campanha.

Imagem

A ACEG cultivou dois atributos principais que, combinados, tinham amplo apelo entre a população.

1. *Independência* — dos políticos corruptos e da política. “Ela parte das nossas noções de independência do Japão”, explicou Lee.
2. *Juventude* — em contraste com o *establishment* político antigo e enraizado, que se agarrava a posições e privilégios, dificultando o surgimento de novos líderes jovens.

Unidade

A SPDP, a organização da sociedade civil que deu início à campanha, considerava a unidade essencial para alcançar a mudança social e, de fato, foi fundada com base nessa premissa. No fim de 2001, além de 50 funcionários, contava com 300 especialistas voluntários e 14.578 cidadãos membros. Conforme afirmaram dois de seus líderes: “Os grupos cívicos precisam não apenas atrair e atender os interesses da classe média, mas também ajudar a mobilizar trabalhadores, agricultores e estudantes para buscar as reformas que os beneficiarão. Dessa forma, o movimento cívico e o movimento de massa opositor podem trabalhar juntos para criar uma sociedade mais justa.”⁶¹ Assim, os planejadores da ACEG consideravam a unidade uma necessidade estratégica para enfrentar o *establishment* político corrupto e neutralizar as acusações de partidarismo. A aliança maciça e a Internet foram os caminhos para envolver pessoas comuns em múltiplas dimensões — geografia, contextos urbano e rural, faixas etárias, gênero, ocupação e condição socioeconômica.

A coalizão também estimulava as pessoas, que logo passaram a atuar ativamente na campanha. Por exemplo, de acordo com Hee-Yeon Cho, então presidente do Comitê de Políticas da SPDP, um forte apoio veio dos

médicos, acadêmicos, professores, clérigos, advogados, empresários, atores e artistas. Trabalharam para envolver seus pares, em alguns casos individualmente e em outros casos por intermédio das respectivas organizações profissionais ou sindicatos. Além disso, muitos deles participaram de ações pelo poder do povo para derrotar os candidatos da lista negra. Por exemplo, alguns clérigos católicos formaram um grupo da ACEG e trabalharam ativamente em Bucheon, visando um candidato conhecido por haver cometido abusos contra os direitos humanos durante a ditadura.⁶²

Pesquisas confirmaram que uma grande parcela dos cidadãos comuns apoiava a ACEG. O Gallup coreano fez três pesquisas, segundo informações, com praticamente as mesmas perguntas feitas pela iniciativa cívica. À pergunta se a campanha era desejável ou legítima, 59% responderam que “sim” em 12 de janeiro e, em 17 de março, essa porcentagem subiu para 70%. Em 14 de abril, dia seguinte às eleições, 78% responderam afirmativamente à mesma pergunta.⁶³

Financiamento

A campanha foi financiada por meio de contribuições de cidadãos, que, em grande parte, responderam a propagandas publicadas nos jornais e no site da ACEG. A SPDP afirmou que um total de KRW 350.191.652,00 (US\$ 291.826,00) foi coletado graças a 5.667 doações, um recorde em termos de mobilização de recursos por uma iniciativa cívica.⁶⁴ Os líderes informaram que os cidadãos vinham pessoalmente à sede para fazer suas doações, enquanto outros faziam depósitos bancários diretos ou contribuía pela Internet. As despesas globais somaram KRW 328.851.681,00 (US\$ 274.043,00), outro marco na medida em que as doações superaram o saldo final das despesas.⁶⁵

Negociação

No início, os líderes da ACEG tentaram dialogar com o *establishment* político e persuadi-lo sem usar da violência. Segundo informações, tiveram conversas com representantes dos partidos e chefes dos comitês de nomeação para incentivá-los a “ouvir as demandas da sociedade civil”.⁶⁶ No entanto, quando os partidos deixaram de responder, o núcleo de Seul já estava pronto para lançar seu plano estratégico de ação não-violenta.

A disciplina da não-violência

Os líderes da ACEG previram que seu pessoal poderia ser assediado ou atacado por correligionários dos partidos durante a campanha, mas, ainda assim, rejeitaram veementemente o uso da violência qualquer que fosse a circunstância. Ao ser questionado sobre o motivo, Lee respondeu: “Não era necessário. Acreditávamos que a violência não era útil para a nossa campanha porque a votação é um procedimento pacífico, e mesmo que fôssemos atingidos, nossos adversários usariam todo tipo de violência para dizer que estávamos gerando violência na campanha.” A campanha tomou uma série de medidas proativas para manter a disciplina da não-violência, inclusive a elaboração de uma Carta da Paz, que afirmava que a ACEG praticaria a não-violência, embora houvesse grande probabilidade de que os opositores viessem a usar da violência. A liderança nacional, assim como as seções locais da ACEG, organizou várias conferências de imprensa para anunciar isso. A ACEG também elaborou um manual da não-violência e o distribuiu aos participantes da campanha. Esse manual continha instruções sobre como lidar com os adversários. Por exemplo,

- No caso de luta corporal, sente-se.
- No caso de as pessoas tomarem seu material de campanha e as petições, deixe que o façam.
- Nos casos mais sérios, afaste-se do confronto.

Tecnologia digital

A campanha buscava maximizar o uso das tecnologias de comunicação emergentes. Pela primeira vez, afirmou Lee, a Internet foi rigorosamente considerada em uma iniciativa cívica na Coreia. Ela foi usada, em especial, para envolver e mobilizar os jovens. Na M-tizen, uma comunidade digital, os jovens discutiam a campanha, as eleições e a reforma política.⁶⁷ A ACEG criou um website que literalmente se tornou um grande sucesso. Foi visitado 856.090 vezes até as eleições de abril, com um número médio de visitas de 10.569 por dia. Foram enviados oito mil emails ao webmaster, e 45.674 mensagens foram postadas no *bulletin board*.⁶⁸ O site continha as listas negras e a documentação sobre os indicados e candidatos “inaptos”. Por exemplo, no dia 6 de abril, três dias após a divulgação da lista negra de candidatos a serem derrotados, a ACEG postou a ficha criminal dos candidatos, o que gerou 300 mil

acessos. O site também mostrava mensagens de apoio de personalidades da música popular, televisão e cinema.⁶⁹ E em um dos primeiros casos de resistência digital, talvez até o primeiro, 28.319 pessoas postaram seus nomes em apoio à campanha e se inscreveram para receber informações eletrônicas. A ACEG tirou partido desse fato sem precedentes ao publicar os resultados.

A ACEG usou mensagens SMS nas suas comunicações e estabeleceu sua presença no Cyworld, uma das primeiras redes sociais criadas na Coreia. Lee relatou que também eram usados toques de telefone celular, mas que não tiveram um impacto significativo porque “a tecnologia não era tão boa nessa época”. Por último, os ataques dos meios de comunicação por parte de alguns jornais hostis saíram pela culatra. Tais ataques acabaram por dar ímpeto a uma mídia alternativa nascente e a iniciativas online de cidadãos jornalistas, que começaram a cobrir a ACEG e a transmitir em formato digital coletivas de imprensa importantes, gerando impulso em momentos cruciais.

Comunicações

A ACEG formulou uma estratégia e plano de comunicação que envolveu múltiplas divisões da campanha. “Isso foi muito importante”, afirmou Lee, “e não apenas parte da equipe de RP, mas também parte das principais equipes de comunicação e planejamento”. O plano continha vários componentes: mensagens-chave, mensagens direcionadas, relações com os meios de comunicação, pontos de comunicação, coletivas de imprensa e eventos vinculados com ações não-violentas. Entre as mensagens principais, destacaram-se “É hora de mudar!” “Abaixo a política corrupta” e “Chega de corrupção”. Os cartões amarelo e vermelho do futebol — dois símbolos pertinentes do ponto de vista cultural — sintetizavam toda a campanha. O cartão amarelo foi usado durante a fase de retirada das indicações, enquanto o cartão vermelho veio durante o esforço final para derrotar os candidatos da lista negra.

Mensagens especializadas foram elaboradas para os quatro principais alvos da campanha: os cidadãos, o *establishment* político, os meios de comunicação e a Comissão Nacional Eleitoral. Insistiu-se que os cidadãos participassem das eleições, não votassem em candidatos corruptos e

mostrassem “o poder dos eleitores — apenas o poder do povo pode mudar a política”, recordou-se Lee. Os partidos e os legisladores foram instados, por um lado, a não selecionar candidatos corruptos, que fizessem parte da lista negra e a se abster de exaltar os sentimentos regionais e, por outro lado, a tornar o processo de seleção dos candidatos mais democrático e transparente.⁷⁰ A mensagem para a Comissão Nacional Eleitoral era que ela divulgasse a ficha criminal e as informações fiscais dos candidatos e exercesse seu poder para impedir o fluxo de recursos ilícitos para o financiamento dos partidos, em vez de calar a voz dos cidadãos.

Lee relatou que os responsáveis pelo planejamento da campanha conseguiram manter reuniões com as “equipes principais dos veículos de imprensa para solicitar a cobertura das informações constantes da lista negra”. As mensagens centrais para os meios de comunicação foram: “Não manipulem o sentimento regional; ajudem a enriquecer os debates políticos, comuniquem os lados obscuros dos candidatos e apresentem aos cidadãos informações completas sobre os candidatos”, acrescentou. A imprensa como um todo se mostrou interessada na ACEG e, de modo geral, não foi hostil. Foram realizadas três grandes coletivas de imprensa, duas durante o processo de nomeação e uma em 3 de abril, para lançar a campanha da derrota. Em conjunto, foram reforçadas por comícios, aparições na televisão, reuniões de especialistas, atividades publicitárias das seções locais, cartazes e grafiteagem.

Resultados

Revisão da lei eleitoral. Antes das eleições de 2000, o Presidente Dae-jung Kim e a Assembleia Nacional alteraram a Lei Eleitoral, legalizando a ACEG.⁷¹ Algumas disposições foram modificadas, e conferências de imprensa, websites e boletins internos passaram a ser permitidos, mas material impresso e muitas formas de ação nas ruas continuaram proibidas.⁷² Em consequência, embora a campanha em si já não fosse ilegal, continuava a implicar uma desobediência civil.

Retirada dos indicados. Dez pessoas da lista negra original de políticos inaptos decidiram não tentar uma candidatura. Dos 102 restantes da lista negra, segundo Lee, 48 não conseguiram ser selecionados como

candidatos por seus partidos. Assim, no total, quase 52% dos políticos da lista negra (58 de 112) não chegaram a ver seu nome na cédula eleitoral.

Promessas dos candidatos. Antes da eleição, a ACEG lançou uma campanha para que os candidatos prometessem aprovar reformas políticas caso fossem eleitos. Entre 3 e 13 de abril, aproximadamente 450 candidatos assinaram a promessa.⁷³

Derrota dos candidatos. Nas eleições finais, 69% dos candidatos da lista negra (59 de 86) foram derrotados, inclusive 68% (15 de 22) dos candidatos “mais problemáticos” das zonas eleitorais estratégicas.⁷⁴ Houve algumas diferenças regionais notáveis. Na área de Seul, 19 de 20 da lista negra foram derrotados, enquanto, em Chungchong, 15 de 18 perderam a eleição. No entanto, em Youngnam, apenas 16 dos 35 candidatos foram derrotados, reflexo do impacto de uma forte lealdade regional vinculada a determinados partidos.⁷⁵

Calibre mais grosso, sangue novo. As listas negras tiveram um impacto imediato nas indicações como um todo. Os partidos de modo geral selecionaram os indicados com mais cuidado, e um grande número de candidatos à reeleição dos dois principais partidos não foi selecionado.⁷⁶ Além disso, muitos rostos novos e mais jovens, sem histórico de corrupção, foram eleitos.⁷⁷ No geral, 80% da nova assembleia era formada por legisladores no seu primeiro ou segundo mandato, com um número considerável na faixa dos 30 e dos 40 anos.⁷⁸

Reajuste dos distritos eleitorais. Conseguiu-se evitar uma tentativa de definir os distritos eleitorais de modo a beneficiar determinados candidatos com base no “toma lá, dá cá” por parte de parlamentares dos principais partidos.⁷⁹

Ruptura do sistema corrupto; internalização da integridade. Para a sociedade civil coreana, a ACEG “abalou seriamente a estrutura de corrupção e colusão existente entre os velhos partidos e enfraqueceu consideravelmente a influência dos seus chefes corruptos”.⁸⁰ Primeiro, os partidos começaram a mudar a maneira como os candidatos eram indicados e selecionados para concorrer. Como resumiu o sociólogo Sun-Chul Kim, o processo passou “de um mecanismo de cima para baixo em

que os chefes dos partidos detinham amplos poderes para a adoção gradual de eleições primárias, com a conquista de mais voz pelas bases dos partidos”.⁸¹ Além disso, a maioria dos partidos, mesmo os que se opunham veementemente à ACEG, incorporaram quase todos os critérios da lista negra ao seu processo de seleção. Segundo Lee, quatro anos depois, durante as eleições de 2004, cada partido político criou um comitê para indicar os candidatos, usou critérios de avaliação semelhantes aos elaborados pela ACEG e até mesmo contratou especialistas “relativamente independentes” para avaliar as qualificações dos candidatos. Esse foi o resultado mais significativo e duradouro de todos, pois o *establishment* político havia internalizado valores e normas de integridade e prestação de contas estabelecidos pelos líderes cívicos e apoiados pelos cidadãos.

Reforma política. A ACEG gerou um incentivo às reformas no sistema político, abrangendo as leis eleitorais, o financiamento dos partidos, o direito à informação sobre o patrimônio e as atividades legislativas dos legisladores e a transparência parlamentar. Isso começou quase que imediatamente, pois a nova Assembleia Nacional formou um comitê especial sobre a reforma política e a alteração das leis relativas à política.⁸²

ACEG de 2004. Apesar de a campanha haver tido uma escala bem menor em relação à de 2000, seu impacto nas eleições para a 17ª Assembleia Nacional foi significativo. Entre os julgados inaptos para concorrer, 78 de 106 (73,6%) perderam. Dos 100 parlamentares que votaram para destituir o presidente Roh, 51 perderam. No total, 63% das listas combinadas foram derrotadas. Os estudiosos e Lee não atribuem os resultados apenas à ACEG, uma vez que a eleição se tornou “um referendo sobre o impeachment do presidente Roh”, de acordo com o sociólogo Eui Hang Shin.⁸³ Por outro lado, quando se examina o caso dos candidatos inaptos a concorrer, os resultados são impressionantes e sugerem que os cidadãos haviam sido preparados em função do seu sucesso em 2000.

Inspiração e intercâmbio transnacionais. As notícias do sucesso da ACEG se espalharam rapidamente pela Ásia.⁸⁴ Em 18 de abril, cinco dias após as eleições para a Assembleia Nacional da Coreia, o *Asahi Shimbun*, um dos jornais mais influentes do Japão, noticiou: “A determinação dos sul-coreanos de impedir que políticos incompetentes e corruptos sejam eleitos guarda uma lição que vale a pena aprender”.⁸⁵ Pouco depois, um

grupo de agentes cívicos japoneses viajou para a Coreia para saber mais sobre a ACEG; em maio, vários membros da ACEG visitaram o Japão para dividir suas experiências. Posteriormente, no período anterior às eleições de 25 de junho de 2000 para a Câmara Baixa, sete organizações e redes cívicas importantes do Japão elaboraram suas próprias listas negras e, em conjunto, formaram o Movimento para Expulsar os Desajustados Políticos.⁸⁶

Análise de caso

Mudança das relações de poder, democracia de baixo para cima. “Após o sucesso da campanha”, afirmou Lee, “os políticos passaram a ter medo do poder coletivo dos eleitores. Pudemos ver mudanças nos partidos e nos processos políticos para a indicação de candidatos. Eles passaram a levar os eleitores em consideração”. Fundamentalmente, a ACEG criou as condições para a democracia de baixo para cima. A campanha transformou os cidadãos; eles deixaram de ser eleitores passivos que simplesmente escolhiam de um conjunto já consumado de políticos, e passaram a ser uma força dinâmica. Reivindicaram seu poder para exigir dos partidos representantes mais dignos e derrotar os candidatos que não haviam agido no interesse das pessoas que eles eram obrigados a servir. Ao fazer isso, a ACEG exigiu que o *establishment* político e os indivíduos inseridos nesse sistema corrupto passassem a prestar contas.

A dinâmica do poder do povo. Um trecho de uma publicação da Korea Democracy Foundation apresentava a seguinte conclusão: “O movimento [a ACEG] aproveitou uma onda de raiva dos cidadãos contra a má política e criou uma crise no *establishment* político”.⁸⁷ Ecoam as ideias de Martin Luther King Jr., que disse em 1963: “A ação direta não-violenta busca criar uma crise e gerar uma tensão de tal forma que uma comunidade que se negou constantemente a negociar é forçada a enfrentar a questão”.⁸⁸ Na Coreia, após os esforços da aliança cívica para negociar com os partidos serem desprezados, os eleitores exerceram o poder coletivamente. Abalaram um sistema corrupto de maneira tal que ele não conseguiria mais funcionar naturalmente; antes, havia funcionado como um sistema eleitoral centrado nos partidos, impregnado de práticas políticas antidemocráticas que limitavam a participação do domínio cívico no processo eleitoral.⁸⁹

A ACEG também demonstra uma aplicação hábil do poder do povo que combinou a desobediência civil em massa — por meio do método de definição das listas negras e das suas respectivas táticas não violentas — com uma ação em massa legal e institucionalizada: a votação direcionada. A vinculação de ações tecnicamente ilegais e legais teve um efeito sinérgico. Primeiro, cada pessoa por conta própria não teria causado tanta perturbação. Segundo, comparecer às urnas se transformou em um ato de oposição que era de baixo risco, altamente participativo e fácil de fazer.

Inspiração própria, identidade coletiva e legitimidade. A liderança da ACEG cultivou meticulosamente um senso de inspiração própria entre os cidadãos. A campanha empregava vários caminhos — começando pelo seu próprio nome, Aliança dos Cidadãos, e passando pela variada gama de organizações cívicas nacionais e locais que participaram; pelas táticas não-violentas que envolveram cidadãos comuns, como a promessa da lista negra dos eleitores, os slogans e as mensagens, e pela confiança em milhares de voluntários. As opiniões dos cidadãos, assim como as contribuições locais e regionais, foram valorizadas e incorporadas sistematicamente à estratégia e ao planejamento por meio da votação representativa e da estrutura organizacional da ACEG. Em vez de ditar para a periferia, o núcleo de liderança incentivou — por que não dizer, fomentou — a tomada de decisões e as iniciativas locais. Por último, a estratégia de mobilização de recursos da ACEG foi realmente engenhosa. Ao fazer um grande apelo público aos cidadãos para obter apoio financeiro, cada doação, por mais modesta que tenha sido, se tornou um ato de resistência contra o *establishment* político corrupto, ligando a fidelidade do doador à campanha e reforçando seu sentimento de fazer parte de uma luta maior pelas reformas, pela prestação de contas e pela democracia. Em suma, essas medidas criaram uma forte legitimidade que era difícil de ser atingida pelos políticos e partidos corruptos, apesar dos seus esforços concertados.

Abordagem proativa e orientação. Embora seja impossível para qualquer iniciativa cívica formular antecipadamente todos os passos e prever todos os resultados, os estrategistas da ACEG conseguiram prever de forma proativa os principais desafios e tomar as medidas para enfrentá-los. Por exemplo, ela se antecipou a conflitos violentos entre os

correligionários dos parlamentares candidatos e os cidadãos membros da ACEG ao lançar a Carta da Paz e exigir que a disciplina não-violenta fosse seguida rigorosamente. Além disso, rechaçou os ataques dos meios de comunicação e de partidos políticos hostis por meio da transparência, negociação e legitimidade da mobilização cidadã no exercício dos seus direitos políticos. A orientação também foi considerada uma medida essencial — daí a elaboração de manuais para os ativistas sobre a não-violência, questões jurídicas e campanhas eficazes, além de manuais de recursos para os cidadãos sobre a reforma política que neutralizaram a retórica e as tentativas de difamação por parte do *establishment* político.

Enquadramento positivo. Os líderes da ACEG reconheceram que a construção da campanha em torno de listas negras dos candidatos corruptos era arriscada, pois poderia criar um caráter excessivamente negativo que afastaria o público e diminuiria a ação cidadã. Em consequência, os líderes lançaram mão de várias abordagens para aliviar a negatividade. Adaptaram símbolos populares associados a atividades positivas, como os cartões do futebol. Buscaram um equilíbrio entre táticas sérias, como vigílias à luz de velas, com ações simbólicas, bem-humoradas, divertidas e otimistas, como a manifestação com vassouras, as charges e o Festival Vermelho. O foco nos candidatos inaptos foi compensado pelo apoio de estrelas do mundo pop e de figuras públicas respeitadas. As mensagens e slogans enfatizaram em grande medida o empoderamento e a mudança, enquanto o processo das listas negras foi enquadrado em termos dos seus resultados positivos.

Metodologia da não-violência de Martin Luther King. A iniciativa cívica na Coreia é mais uma confirmação de que a metodologia da ação não-violenta desenvolvida pelos praticantes da não-violência do Dr. King é robusta e eficaz.⁹⁰ Embora os líderes da ACEG não tenham sido expostos a esse conjunto de práticas específico, adotaram intuitivamente elementos semelhantes, como o compromisso com a não-violência, a orientação (dos ativistas da campanha e do público), a coleta de informações (sobre os possíveis candidatos), a negociação (com os partidos e os políticos) e, após essas ações não surtirem efeito, a mobilização cidadã e a ação direta.

Aprender com os outros. Os principais planejadores da ACEG se inspiraram em algumas fontes bem conhecidas, embora improváveis. A estratégia geral de uma campanha de desobediência civil que, na sua totalidade, derrubou uma lei injusta, e a adoção de ocupações pacíficas como tática foram inspiradas, de modo geral, pelo movimento dos direitos civis nos EUA. As vigílias à luz de velas tiveram como inspiração a revolta não-violenta contra o regime comunista na Alemanha Oriental em 1989. As imagens dramáticas dessa forma de ação em massa chamaram a atenção de muitos coreanos, que, apenas dois anos antes, haviam vencido uma ditadura e conquistado sua própria liberdade. Lee lembrou que eles também aprenderam com o envolvimento de Bill Clinton com os jovens na campanha presidencial de 1992, uma iniciativa pioneira nos círculos políticos americanos naquela época. E, por último, como demonstra o nome, o segmento dos jovens se inspirou no lendário festival de música de Woodstock.

Lições extraídas

Corrupção na política e democracia de baixo para cima

A campanha da ACEG em 2000 oferece lições valiosas sobre a corrupção na política e a construção da democracia de baixo para cima. Primeiro, a reforma não vem automaticamente após a transição da ditadura para uma democracia. Os líderes cívicos coreanos descreveram seu sistema representativo emergente como uma política institucional “gerida por fortes cartéis de políticos”.⁹¹ Em consequência, quando as opções dos eleitores são limitadas e não vão muito além de políticos obstrutivos respaldados por partidos corruptos, a democracia representativa por si só não oferece a prestação de contas nem a justiça e, assim, pode perder sua legitimidade aos olhos das pessoas.

Segundo, assim como na Indonésia (ver o capítulo 5), os líderes e ativistas do movimento pela democracia cívica na Coreia se tornaram as forças motrizes da transformação do Estado e da desagregação da intransigência remanescente do sistema autoritário corrupto. Os veteranos da luta não-violenta estabelecem relações duradouras forjadas durante a fase antidemocrática, com base nas dificuldades e metas comuns, e na visão que têm para o seu país. Terceiro, quando o *establishment* político

ignora os problemas dos cidadãos enquanto se locupleta, abusa da sua autoridade e se protege da justiça, os cidadãos têm opções que vão além de sentir raiva, se abster de ir às urnas ou radicalizar. Por meio do poder do povo, pressionam os partidos políticos para que mudem, barram coletivamente os políticos corruptos do poder ao apoiar homólogos honestos, e dão início a uma reação em cadeia que gera a integridade. No entanto, quando se enfrenta um sistema político já enraizado e caracterizado pela propina e abuso, a consciência pública do problema por si só talvez não seja suficiente para gerar mudanças. Quando essa consciência é combinada com uma campanha ou movimento não-violento, a pressão social pode causar um impacto sobre os detentores do poder — nesse caso, a derrota numa eleição.

Quarto, o desrespeito dos detentores do poder para com os cidadãos costuma fazer parte das principais queixas que unem pessoas e pode ser um forte fator de mobilização. No caso da Coreia, a SPDP afirmou: “Esses partidos e políticos corruptos não têm respeito algum pelos eleitores. Os eleitores precisam mostrar seu poder aos políticos, exercendo seus direitos mesmo que obstáculos legais sejam postos na frente dos eleitores.”⁹² Quinto, a mobilização e a ação dos cidadãos podem empoderar os agentes cívicos para que configurem a agenda de mudanças em um sistema corrupto, em vez de simplesmente pedir uma reforma e permitir que os detentores do poder definam as medidas a serem tomadas.

Poder do povo

Para os líderes cívicos e os cidadãos interessados, enfrentar a corrupção na política pode parecer uma tarefa assustadora, pois essa corrupção funciona em um sistema horizontal que pode envolver políticos desonestos, múltiplos partidos, o poder executivo, o setor privado, os sindicatos ou outros interesses não estatais. No entanto, a ACEG revelou uma estratégia forte:

- Esteja atento aos sentimentos e às queixas da população em geral; no caso da ACEG, a raiva do público contra os parlamentares venais, que não prestam contas, e o descontentamento com a má qualidade dos candidatos apresentados aos eleitores.

- Vincule esses parlamentares e candidatos a uma questão tangível com resultados mensuráveis.
- Concentre-se em um aspecto visível do sistema corrupto — por exemplo, o processo de indicação opaco, antidemocrático e injusto.
- Formule claramente as demandas — neste caso, retirar os indicados e candidatos inaptos das listas dos partidos e derrotar os candidatos da lista negra.
- Identifique uma ou mais ações em massa participativas e de baixo risco no contexto de luta em questão — neste caso, as promessas e a rejeição dos candidatos da lista negra nas urnas.

Ao enfrentar a corrupção na política, a ACEG de 2000 demonstrou que a neutralidade política é de especial importância para manter a legitimidade da iniciativa cívica e fazer face às alegações de partidarismo e interferência feitas pelos opositores. Além disso, como ocorre com outras campanhas e movimentos não-violentos que visam a corrupção, a legitimidade é vital. A ACEG conseguiu sua legitimidade por meio da sua natureza cívica e de base — neste caso, a ampla aliança e participação dos cidadãos comuns.

À semelhança das iniciativas de monitoramento comunitário no Afeganistão, as pesquisas foram uma ferramenta para fornecer informações úteis do ponto de vista estratégico. Por um lado, serviram como mecanismo para coletar as opiniões das pessoas, o que era necessário para planejar a campanha. Por outro lado, geraram informações que poderiam ser direcionadas para os alvos — neste caso, os partidos, seus indicados e os candidatos.

Assim como em muitas lutas não-violentas, sobretudo o movimento dos direitos civis dos EUA, a desobediência civil pode ser usada de forma estratégica para enfrentar diretamente uma lei injusta — seja como uma tática ou, no caso da ACEG, por toda a campanha propriamente dita. Quando encontra respaldo no apoio público e na mobilização cidadã, a desobediência civil tira partido do poder dos números, tornando difícil aplicar e justificar a norma.

Um benefício estratégico da diversidade tática é que ela pode envolver um número maior de pessoas. Quando uma iniciativa cívica depende fortemente de uma ou de algumas táticas, não consegue envolver por inteiro um grande número de pessoas e, assim, menor é a probabilidade de maximizar a mobilização.

As referências sociais e culturais podem ampliar o impacto de uma tática, por exemplo, por meio de símbolos, humor e música. No caso da ACEG, como os coreanos são apaixonados por futebol, os cartões amarelo e vermelho se tornaram os símbolos predominantes da campanha. Por sua vez, mostrar os cartões se tornou uma ação popular não-violenta.

A ACEG expandiu a noção do direito à informação. Além do direito de “exigir informações mantidas pelos órgãos governamentais”, as pessoas também têm o direito de obter informações pertinentes sobre os seus representantes eleitos.⁹³ A SPDP explica: “Os cidadãos têm o direito de saber o que seus representantes fazem na Assembleia Nacional. Têm o direito de saber se os legisladores estão ligados à corrupção.”⁹⁴

Organização e unidade

Tanto a ACEG como a CICAQ na Indonésia abordaram a necessidade de equilibrar o processo central de tomada de decisões com a democracia interna da campanha, assim como a centralização do planejamento com a autonomia local. As escolhas não são mutuamente exclusivas. Uma estrutura organizacional pode criar várias opções para a tomada de decisões e o planejamento que incorporem elementos de autoridade de liderança básica, consenso, votação por maioria e ação do núcleo em contraste com a ação da periferia.

Assim como no caso da CICAQ, um dos benefícios de uma ampla coalizão é que diferentes grupos podem contribuir com diferentes talentos e recursos para a campanha ou o movimento. Por exemplo, o envolvimento da associação de cartunistas na ACEG teve um impacto único. Muitos membros criaram charges que foram divulgadas na Internet. “Elas [as charges] tiveram um papel catalisador no crescimento da campanha online”, disse Lee. Por fim, os endossos e o apoio de figuras públicas respeitadas ou populares podem ser reforçados mediante a

disseminação por meio de diversos canais, como toques de celular, websites, shows e declarações públicas.

Notas

¹ A Coreia tem um sistema parlamentar, com uma assembleia nacional unicameral. O sistema de votação é misto: 246 membros são eleitos por maioria simples dos votos diretos e 54 são eleitos por representação proporcional. Neste livro, Coreia se refere à República da Coreia ou Coreia do Sul.

² Chon T'ae-il suicidou-se em 13 de novembro de 1970 e Mohamed Bouazizi, em 17 de dezembro de 2010.

³ Em 1986, o homem forte das forças armadas Chun Doo-hwan tentou alterar a constituição para se conceder um terceiro mandato como presidente. Após um protesto público, escolheu a dedo Roh Tae-woo como seu sucessor natural. Grupos de estudantes e trabalhadores formaram alianças com partidos de oposição para bloquear essa sucessão autoritária. No início de 1987, a repressão violenta saiu pela culatra quando forças de segurança mataram vários estudantes. A classe média uniu-se aos protestos em massa, e o poder do povo forçou Chun a concordar com uma emenda que permitisse eleições presidenciais diretas. Ver Adrian Karatnycky e Peter Ackerman, *How Freedom Is Won: From Civic Resistance to Durable Democracy* (Nova Iorque: Freedom House, 2005), 41; GiWook Shinn e Paul Chang, orgs., *South Korean Social Movements: From Democracy to Civil Society* (Nova Iorque: Routledge, 2011).

⁴ Eui Hang Shin, “The Role of NGOs in Political Elections in Korea: The Case of the Citizens’ Alliance for the 2000 General Election,” *Asian Survey* 43, no. 4 (2003): 697–715.

⁵ Manarin, “Striking Where It Hurts,” 38.

⁶ *Ibid.*

⁷ “Elections and Civil Society,” Korea Democracy Foundation, 16 de abril de 2012, www.kdemo.or.kr.

⁸ *Ibid.*, 10.

⁹ Solidariedade Popular para a Democracia Participativa (SPDP) [*People’s Solidarity for Participatory Democracy (PSPD)*]: “Usar documentos para elaborar uma ‘lista negra’ de candidatos políticos inaceitáveis e fazer o público votar contra eles”; ver *New Tactics in Human Rights*, www.newtactics.org.

¹⁰ Shin, “Role of NGOs.”

¹¹ A frase no título desta seção era o slogan da campanha de 2000 da ACEG.

¹² Manarin, “Striking Where It Hurts,” 37.

¹³ Campanha Sociedade Transparente da SPDP [*PSPD’s Campaign for Transparent Society, People’s Solidarity for Participatory Democracy*], Seul, novembro de 2001.

¹⁴ Hee-Yeon Cho, “A Study of the Blacklisting Campaign Against Corrupt Politicians in South Korea—Focused on the ‘Naksun Movement’ in April 2000” (trabalho apresentado na conferência *Civil Society in Asia, Today and Tomorrow*, Seul, Coreia do Sul, 5 de dezembro de 2003).

¹⁵ Samuel Kim, org., *Korea’s Democratization* (Cambridge: Cambridge University Press, 2003).

¹⁶ Este capítulo se baseia em entrevistas feitas em janeiro de 2010, bem como em comunicações por escrito posteriores com Taeho Lee, subsecretário-geral da

Solidariedade Popular para a Democracia Participativa (SPDP), que esteve diretamente envolvido na campanha.

¹⁷ Eunyoung Kim, “CAGE 2000” (apresentação em PowerPoint fornecida ao autor, n.d.).

¹⁸ Destacam-se o escândalo Hanbo Steel em 1997, envolvendo os ex-presidentes Cheon e Roh, e as calamidades ocorridas com projetos de construção, em que cidadãos perderam a vida (*Campanha Sociedade Transparente da SPDP*).

¹⁹ O artigo 87 da Lei Eleitoral proíbe as organizações cívicas de se envolverem em atividades de campanha “relacionadas às eleições”, o que, segundo Lee, abrange avaliar candidatos e fazer recomendações aos eleitores; Shin, “Role of NGOs,” 703.

²⁰ Kim, “CAGE 2000.”

²¹ Ibid.

²² Ibid.

²³ Ibid.

²⁴ Ibid.

²⁵ Ibid.

²⁶ Manarin, “Striking Where It Hurts,” 38.

²⁷ O termo “método de definição” foi criado por Kurt Schock.

²⁸ Segundo Lee, a força-tarefa também se aproximou dos sindicatos, mas, naquela época, eles apoiavam um partido político progressista e não se uniram à força-tarefa não partidária nem à ACEG. A Coalizão de Cidadãos pela Justiça Econômica (CCJE) também se recusou a se unir à iniciativa cívica. Ela queria apenas divulgar informações sobre os candidatos corruptos, mas não apoiava uma campanha de desobediência civil, que considerava uma interrupção das eleições, disse Lee.

²⁹ A aliança abrangia as principais organizações cívicas e religiosas da Coreia. Além da SPDP, FCMA, CVU e AUMC, envolvia a Coalizão dos Cidadãos para a Mídia Democrática, a AMC/YWCA, a Solidariedade dos Cidadãos para a Participação e a Autogovernança, a Associação Nacional dos Professores para uma Sociedade Democrática, o Conselho Nacional das Igrejas da Coreia, a Associação dos Padres Católicos para a Justiça e a Associação Nacional para a Prática do Budismo; “Elections and Civil Society”.

³⁰ Hee-Yeon Cho e Park Won-soon, “The Democratic Reform and Civic Movement in South Korea—Focused on PSPD,” *Joint U.S.-Korea Academic Studies* 12 (2003): 1–17, 13, <http://dnsm.skhu.ac.kr>.

³¹ Sun-Chul Kim, “Power of Movement: Defiant Institutionalization of Social Movements in South Korea” (trabalho apresentado no Politics and Protest Workshop, City University of New York [CUNY] Graduate Center, 26 de março de 2009, 2), www.jamesmjasper.org.

³² Lee confirmou que o número correto é 1.104, embora várias publicações citem que a coalizão tenha chegado a 1.053 e 1.101 membros. Após as eleições, ao preparar um relatório oficial sobre a campanha, a secretaria da ACEG fez uma contagem final dos membros e chegou a 1.104.

³³ Campanha Sociedade Transparente da SPDP.

³⁴ “Elections and Civil Society.”

³⁵ Shin, “Role of NGOs,” 702.

³⁶ Campanha Sociedade Transparente da SPDP, 2; Kim, “CAGE 2000”, 3.

³⁷ Manarin, “Striking Where It Hurts.”

³⁸ “Elections and Civil Society.”

³⁹ Mais informações sobre os júris dos cidadãos podem ser encontradas em Lyn Carson e Brian Martin, *Random Selection in Politics* (Westport, CT: Praeger, 1999).

⁴⁰ Informações sobre o Comitê Executivo, o Conselho Representativo e a Assembleia Geral da ACEG podem ser encontradas nas pp. 12 e 13 deste capítulo.

⁴¹ Shin, “Role of NGOs,” 703.

⁴² *Ibid.*; Cho, “Study of the Blacklisting Campaign.”

⁴³ Shin, “Role of NGOs,” 705.

⁴⁴ *Ibid.*

⁴⁵ Cho, “Study of the Blacklisting Campaign.”

⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁷ Como bem sabe quem acompanha futebol, o cartão amarelo representa cautela e significa um aviso para o jogador, enquanto o cartão vermelho indica uma falta grave e resulta na expulsão do jogador de campo.

⁴⁸ “Elections and Civil Society.”

⁴⁹ Diz-se que 1º de março de 1919 é o dia em que começou o movimento de 28 anos pela independência da Coreia, quando um grupo de líderes culturais e religiosos lançou a “Proclamação da Independência” e organizou uma manifestação em massa; Bae-ho Hahn, “Korea”, *Encyclopædia Britannica*, 2012, www.britannica.com.

⁵⁰ Cho, “Study of the Blacklisting Campaign.”

⁵¹ *Ibid.*, 13.

⁵² Shin, “Role of NGOs.”

⁵³ *Ibid.*

⁵⁴ Hyuk-Rae Kim, “Dilemmas in the Making of Civil Society in Korean Political Reform,” *Journal of Contemporary Asia* 34, nº 1 (2004): 55-69.

⁵⁵ Shin, “Role of NGOs.”

⁵⁶ “Blacklisting Campaign 2004”, PSPD, 19 de janeiro de 2004, www.peoplepower21.org.

⁵⁷ O presidente Moo-hyun Roh era o líder de um partido dissidente. Em meio ao período que antecedeu as eleições legislativas, eclodiu uma crise política e democrática. Em 12 de março, a Assembleia Nacional aprovou uma moção pelo seu impeachment, por 193 votos a 2, envolvendo todos os principais partidos. Entre os motivos, destacavam-se a violação da Lei Eleitoral, acusações de obtenção de recursos de campanha ilegais e a condução errada da economia. Uma grande porcentagem da população se opôs, já que via a votação como um golpe parlamentar contra um presidente eleito democraticamente pelo *establishment* político estabelecido e um esforço concertado para frustrar a agenda política de Roh, que previa uma reaproximação com a Coreia do Norte. Em 14 de maio, o Tribunal Constitucional anulou o impeachment e o presidente foi reconduzido ao cargo. Um exame detalhado pode ser encontrado em Eui Hang Shin, “Political Demography of South Korea: Cohort, Gender, Regionalism, and Citizens’ Movement in Election Democracy” (trabalho apresentado na Twenty-Fifth International Population Conference, Tours, França, 18 a 23 de julho de 2005), <http://iussp2005.princeton.edu>.

⁵⁸ “Elections and Civil Society.”

⁵⁹ Shin, “Role of NGOs.”

⁶⁰ Kim, “Dilemmas in the Making of Civil Society in Korean Political Reform.”

⁶¹ Cho e Park, “Democratic Reform and Civic Movement in South Korea,” 3.

⁶² O candidato era Sacheol Lee; Cho, “Study of the Blacklisting Campaign”.

⁶³ Sun-Chul Kim, “Power of Movement.”

⁶⁴ A moeda sul-coreana é o won e seu código é KRW.

⁶⁵ Kim, “CAGE 2000”; Cho e Park, “Democratic Reform and Civic Movement in South Korea.”

⁶⁶ Cho, “Study of the Blacklisting Campaign,” 10.

⁶⁷ Kim, “Dilemmas in the Making of Civil Society in Korean Political Reform.”

⁶⁸ Kim, “CAGE 2000.”

⁶⁹ Manarin, “Striking Where It Hurts.”

⁷⁰ As diferenças e tendenciosidades regionais têm raízes históricas de longa data que remontam ao período dos Três Reinos (57 a.C. a 668 d.C.). Na era pós-ditadura, os laços regionais se tornaram determinantes influentes do comportamento dos eleitores; David Kang, “Regional Politics and Democratic Consolidation in Korea,” in *Korea’s Democratization*, Samuel Kim, org. (Cambridge: Cambridge University Press, 2003), 161–180.

⁷¹ Manarin, “Striking Where It Hurts.”

⁷² “Elections and Civil Society.”

⁷³ Shin, “Role of NGOs.”

⁷⁴ *Ibid.*, 710.

⁷⁵ *Ibid.*

⁷⁶ *Ibid.*

⁷⁷ Kim, “Dilemmas in the Making of Civil Society in Korean Political Reform.”

⁷⁸ Manarin, “Striking Where It Hurts.”

⁷⁹ Kim, “Dilemmas in the Making of Civil Society in Korean Political Reform.”; Sun-Chul Kim, “Power of Movement.”

⁸⁰ “Elections and Civil Society,” 12.

⁸¹ Sun-Chul Kim, “Power of Movement,” 3.

⁸² “Elections and Civil Society.”

⁸³ Shin, “Political Demography of South Korea.”

⁸⁴ Cho, “Study of the Blacklisting Campaign.”

⁸⁵ David Johnson, “A Tale of Two Systems: Prosecuting Corruption in Japan and Italy,” in *The State of Civil Society in Japan and Italy*, Frank Schwartz e Susan Pharr, orgs. (Cambridge: Cambridge University Press, 2003), 277.

⁸⁶ Murakami Mutsuko, “A Gift from Korea: Japan’s Election Process May Never Be the Same Again,” *Asiaweek*, 9 de junho de 2000, <http://edition.cnn.com>.

⁸⁷ “Elections and Civil Society,” 11.

⁸⁸ Martin Luther King Jr., “Letter from a Birmingham Jail,” 16 de abril de 1963, <http://mlk-kpp01.stanford.edu>.

⁸⁹ Shin, “Political Demography of South Korea.”

⁹⁰ A metodologia da não-violência de Martin Luther King foi elaborada durante o movimento dos direitos civis nos EUA e agora está sintetizada em um quadro ensinado pelos seus praticantes em todo o mundo. Consiste em uma estratégia não linear, em seis

etapas, que envolve o compromisso pessoal, a orientação, a coleta de informações, a negociação, a ação direta e a conciliação. O autor participou de um curso para os orientadores dessa metodologia, ministrado pelo Dr. Bernard Lafayette, na Universidade de Rhode Island, em 2008.

⁹¹ Cho e Park, “Democratic Reform and Civic Movement in South Korea,” 15.

⁹² Campanha Sociedade Transparente da SPDP, 1.

⁹³ David Banisar, “The Right to Information and Privacy: Balancing Rights and Managing Conflicts” (documento de trabalho, Banco Mundial, Washington, DC, 2011), 5.

⁹⁴ “Blacklisting Campaign 2004,” PSPD, www.peoplepower21.org.